

dgaj.mj.pt/sections/files/dgaj/procedimentos-concursais/procedimento-concursal6837/tecnico-superior-apoio/

2 — O projeto de lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e a lista das exclusões do procedimento, ocorridas na sequência da aplicação dos métodos de seleção, encontram-se disponíveis para consulta a partir da data de publicação no *Diário da República* do presente aviso, nos mesmos sítios referidos no ponto anterior.

3 — Assim, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e no âmbito da audiência dos interessados, nos termos do artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam notificados os candidatos aprovados e os candidatos excluídos que no prazo de dez dias úteis, contados a partir da data de publicação no *Diário da República* do presente aviso, podem, querendo, dizer por escrito o que se lhes oferecer sobre a sua ordenação no projeto de lista unitária dos candidatos aprovados ou sobre a sua exclusão.

4 — Os candidatos que pretendam pronunciar-se no âmbito da audiência dos interessados, devem utilizar obrigatoriamente o formulário tipo aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, do Ministro do Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República* n.º 89, 2.ª série de 8 de maio, que se encontra disponível em [http://www.dgaj.mj.pt/sections/files/dgaj/procedimentos-concursais/formularios\\_1](http://www.dgaj.mj.pt/sections/files/dgaj/procedimentos-concursais/formularios_1), o qual deverá ser remetido pelo correio registado com aviso de receção para o endereço indicado no ponto 1 do presente aviso, ou entregue pessoalmente nas Relações Públicas desta mesma Direção Geral, com a referência “Procedimento concursal – aviso n.º 14933/2012, audiência dos interessados”.

5 — O processo encontra-se disponível para consulta na Direção de Serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional desta Direção Geral, no piso 9.º

18 de fevereiro de 2013. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

206768372

## Direção-Geral da Política de Justiça

### Aviso n.º 2693/2013

#### Recrutamento de consultor jurídico (m/f) para o exercício de funções na Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

Torna-se público que a Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça pretende recrutar consultor jurídico (m/f), para o exercício de funções em regime de comissão de serviço, pelo período de dois anos, eventualmente renovável por iguais períodos, para desempenho de funções nas áreas de planeamento e política legislativa, ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, e n.º 2 a 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de abril.

1 — Requisitos de admissão:

1.1 — Doutores ou mestres nas áreas da investigação jurídica ou do planeamento;

1.2 — Personalidades de reconhecido mérito e experiência nas áreas da investigação jurídica ou do planeamento;

1.3 — Docentes universitários, investigadores e licenciados habilitados com licenciatura de cinco anos, ou com licenciatura de Bolonha seguida de mestrado, em ambos os casos com classificação não inferior a 14 valores.

2 — Fatores Preferenciais:

2.1 — Licenciatura em Direito;

2.2 — Domínio da língua inglesa.

Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar carta de apresentação acompanhada de *curriculum vitae* atualizado, datado e assinado com a indicação da classificação final da Licenciatura, mencionando como referência/assunto “Recrutamento de um Consultor Jurídico”, dirigido a:

Diretor-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Piso 3, 1990-097 Lisboa, Portugal.  
Ou para o correio eletrónico: [correio@dgpj.mj.pt](mailto:correio@dgpj.mj.pt)

A seleção dos candidatos/as será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A análise curricular tem carácter eliminatório, apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos na Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, através do telefone n.º 217924000.

5 de fevereiro de 2013. — O Diretor-Geral, *António Costa Moura*.  
206767562

## Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

### Aviso n.º 2694/2013

Faz-se público a alteração efetuada na composição do Júri da prova de aptidão referente ao Aviso n.º 8163/2012, de 15 de junho, substituindo o então Diretor de Marcas e Patentes Dr. José Maria Maurício, pela atual Diretora de Marcas e Patentes Eng.ª Ana Margarida Bandeira, a par da Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Dr.ª Maria Leonor Trindade e da Agente Oficial da Propriedade Industrial Eng.ª Anabela Teixeira de Carvalho.

Faz-se público ainda, a alteração efetuada na composição do Secretariado de exame, substituindo-se a Eng.ª Ana Margarida Bandeira pelo Chefe do Departamento de Marcas, Desenhos ou Modelos, Dr. André Filipe Robalo mantendo-se a nomeação da Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos Dr.ª Carla Sofia Albuquerque e da Chefe do Departamento de Recursos Humanos e de Apoio ao Cliente, Dr.ª Maria José Cruz, publicada através do aviso acima identificado.

O novo Júri dá continuidade e assume integralmente todas as diligências da prova de aptidão já efetuadas.

15 de fevereiro de 2013. — A Presidente do Júri, *Maria Leonor Mendes da Trindade*.

206765707

### Aviso n.º 2695/2013

Faz-se público que a Dr.ª Maria Pereira da Cruz Alves Garcia Ortigão Costa, agente oficial da propriedade industrial, designada pelo conjunto dos que já detêm esta qualidade, passa a integrar o Júri da prova de aptidão para aquisição e ou reconhecimento da qualidade de AOPI, publicada através do Aviso n.º 17159/2012, de 27 de dezembro, a par da Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Dr.ª Maria Leonor Trindade e da Diretora de Marcas e Patentes daquele organismo, Eng.ª Ana Margarida Bandeira.

15 de fevereiro de 2013. — A Presidente do Júri, *Leonor Trindade*.  
206765886

### Aviso n.º 2696/2013

Faz-se pública a alteração efetuada na composição do secretariado da prova de aptidão referente ao aviso n.º 17159/2012, de 27 de dezembro, substituindo-se a então Chefe do Departamento de Patentes e Modelos de Utilidade Eng.ª Ana Margarida Bandeira pelo Chefe do Departamento de Marcas, Desenhos ou Modelos Dr. André Filipe Robalo, mantendo-se a nomeação da Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos Carla Sofia Albuquerque e da Chefe do Departamento de Recursos Humanos e de Apoio ao Cliente Dr.ª Maria José Cruz, publicitada através do aviso acima identificado.

15 de fevereiro de 2013. — A Presidente do Júri, *Maria Leonor Mendes da Trindade*.

206765983

### Despacho n.º 2961/2013

O Decreto-Lei n.º 147/2012, de 12 de julho, definiu a missão e as atribuições do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

No seguimento daquele decreto-lei, foi publicada a Portaria n.º 386/2012, de 29 de novembro, que aprovou a organização interna, tendo estabelecido três unidades orgânicas intermédias de 1.º grau:

A Direção de Marcas e Patentes (DMP)

A Direção de Relações Externas e Assuntos Jurídicos (DREAJ)

A Direção de Organização e Gestão (DOG)

Na mesma Portaria estabelece-se a possibilidade de criação de um número máximo de sete unidades intermédias de 2.º grau, com competências e aprovadas pelo Conselho Diretivo.

Nestes termos o Conselho Diretivo, na sua reunião ordinária de 10 de janeiro de 2013, deliberou em cumprimento do n.º 2 do Artigo 1.º do Anexo da referida Portaria criar os seguintes departamentos (unidades intermédias de 2.º grau) inseridos nas unidades orgânicas nucleares definidas no n.º 1 do artigo referido:

1 — A Direção de Marcas e Patentes (DMP) será constituída pelos seguintes Departamentos com as seguintes atribuições e competências específicas:

a) O Departamento de Marcas, Desenhos ou Modelos (DMDM), ao qual caberá assegurar todos os atos e procedimentos tendentes à atri-

buição dos direitos privativos das marcas e dos desenhos ou modelos e outros sinais distintivos do comércio, pela via nacional, via internacional e via comunitária, dentro dos limites das competências conferidas para cada via. Competir-lhe-á, ainda, realizar os atos e procedimentos relativos à manutenção, modificação, extinção, prova e certificação dos direitos. O Departamento também colaborará com as entidades competentes na concretização de ações, preventivas ou repressivas, nomeadamente, nos domínios das infrações contra a Propriedade Industrial e da concorrência desleal;

b) O Departamento de Patentes e Modelos de Utilidade (DPMU), que assegurará as competências estabelecidas quanto ao exame e outros atos relativamente a patentes de invenção, modelos de utilidade, certificados complementares de proteção e topografias de produtos semicondutores requeridos pela via nacional, via internacional e via europeia, dentro dos limites das competências conferidas para cada via.

2 — A Direção de Relações Externas e Assuntos Jurídicos (DREAJ) será constituída pelos seguintes Departamentos com as seguintes atribuições e competências específicas:

a) O Departamento de Relações Externas (DRE), que assegurará as competências relativas à componente de Relações Internacionais através da coordenação da representação institucional do INPI, I. P. no estrangeiro, competindo-lhe, designadamente, preparar as reuniões e pareceres ligados às relações internacionais, desenvolver iniciativas de cooperação com as organizações internacionais e organismos congêneres, nomeadamente no âmbito dos países da CPLP e organizar eventos, visitas e reuniões de trabalho de carácter internacional, a realizar em Portugal. O Departamento assegurará também a componente de promoção do Sistema da Propriedade Industrial e do relacionamento com os *stakeholders* nacionais — Associações Empresariais, Empresas, Centros Tecnológicos, Universidades e Parques de Ciência e Tecnologia. Este Departamento será também responsável pelas atividades da Academia da Propriedade Industrial. São ainda atribuições deste Departamento a gestão das áreas de Informação Comunicação e Imagem, nomeadamente, a gestão de conteúdos do Portal do INPI e a publicação do Boletim da Propriedade Industrial.

b) O Departamento de Assuntos Jurídicos (DAJ), que será responsável pelo apoio técnico-jurídico ao Conselho Diretivo, preparando e assegurando o acompanhamento jurídico das posições oficiais portuguesas no contexto bilateral, regional e internacional. Competir-lhe-á, ainda, em articulação com outras unidades orgânicas, apresentar propostas de aperfeiçoamento da legislação nacional em matéria de Propriedade Industrial. Este Departamento assegurará, igualmente, o apoio técnico e jurídico nos processos de contencioso administrativo, competindo-lhe, designadamente, intervir nos processos de modificação de decisões ao nível da atribuição de direitos, bem como realizar todas as diligências necessárias no âmbito da colaboração com as entidades competentes na concretização de ações, preventivas ou repressivas, nomeadamente, nos domínios das infrações contra a Propriedade Industrial e da concorrência desleal.

3 — A Direção de Organização e Gestão (DOG) será constituída pelos seguintes Departamentos com as seguintes atribuições e competências específicas:

a) O Departamento de Recursos Financeiros (DRF), que terá a seu cargo todas as atividades próprias da gestão financeira e patrimonial do INPI, I. P., resultantes das atividades correntes e da participação em projetos específicos. Caberá assim a este Departamento cobrar as receitas provenientes das taxas e serviços, bem como outras verbas devidas por organismos internacionais, consignar receitas e efetuar pagamentos, através da gestão de uma tesouraria própria. Coordenará, também, a logística nomeadamente aprovisionamentos, expediente, telecomunicações, economato e gestão de espaços e obras.

b) O Departamento de Recursos Humanos e Apoio ao Cliente (DRHAC), terá a seu cargo todas as atividades próprias da gestão de recursos humanos do INPI, I. P. e do atendimento ao público. Este Departamento assegurará ainda as operações de receção de pedidos e documentos relacionados, o fornecimento de pesquisas de sinais distintivos do comércio e, matricialmente, a prestação de informações sobre o estado da técnica.

4 — Criar o Departamento de Sistemas Informáticos (DSI), na dependência direta do Conselho Diretivo, que será responsável pela gestão da infraestrutura informática do INPI, I. P., pela implementação e acompanhamento de projetos no âmbito dos sistemas de informação e pelo apoio aos respetivos utilizadores, competindo-lhe promover a criação de aplicações informáticas e respetivo aperfeiçoamento, acompanhar e participar nos projetos de cooperação com entidades nacionais e internacionais no âmbito da informática aplicada à Propriedade Industrial, difundir as tecnologias de tratamento da informação,

especificar requisitos e dar parecer sobre as soluções técnicas para a aquisição de equipamentos e produtos informáticos. Este Departamento será, ainda, responsável pela manutenção da documentação atualizada relativa ao sistema informático do INPI, I. P., pela execução de todos os procedimentos de segurança e demais operações necessárias ao bom funcionamento das aplicações existentes, pela correta gestão e distribuição dos recursos informáticos de acordo com as necessidades dos serviços e pela eventual correção de anomalias, ou avarias, nestes recursos.

5 — Criar o Gestor do Sistema da Qualidade na dependência direta do Conselho Diretivo, o qual não correspondendo a um lugar de chefia, tem em vista, não só a implementação de todas as ações necessárias ao projeto da Qualidade, mas também o cumprimento dos requisitos definidos na norma NP EN ISO 9001:2008, no âmbito da qual o INPI, I. P. se encontra certificado desde 2006.

A presente diretiva, homologada pela Sr.ª Ministra da Justiça em 28/01/2013, produz os seus efeitos a partir do dia 01/02/2013.

18 de fevereiro de 2012. — Pelo Conselho Diretivo, a Presidente, *Leonor Trindade*.

206766988

## Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

### Deliberação (extrato) n.º 583/2013

Nos termos do n.º 1 da alínea c) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 30 de novembro de 2012, aditada por deliberação de 14 de dezembro de 2012, foram nomeados, em regime de substituição, os licenciados adiante identificados, para os seguintes cargos de direção intermédia de 1.º e de 2.º grau do IRN, I. P., com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2012, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, por último alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

a) Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Licenciado Luis Miguel Viana de Lemos Matos dos Santos, Técnico Superior do mapa de pessoal do IRN, I. P.;

b) Diretor do Departamento Patrimonial, Licenciado Rui Manuel Pacheco Ferreira de Carvalho, Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;

c) Diretor do Departamento de Gestão e Apoio Técnico-Jurídico aos Serviços de Registo, Licenciada Ilda Maria da Costa Freitas de Almeida, Conservadora da 2.ª Conservatória do Registo Predial da Figueira da Foz;

d) Coordenador do Setor Técnico-Jurídico dos Serviços de Registo, Licenciada Alda Maria Jesus Azevedo, Conservadora-Auxiliar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Coletivas;

e) Coordenador do Setor de Avaliação, Inspeção e Gestão de Serviços, Licenciada Alexandra Maria Caldeira Teles, Conservadora da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra;

f) Coordenador do Setor de Planeamento, Formação e Qualificação, Licenciada Ana Bela de Sá Pinto, técnica superior do mapa de pessoal do IRN, I. P.;

g) Coordenador do Setor de Administração de Recursos Humanos, Licenciado Paulo António Freire Rebelo Ferreira, Notário afeto à Conservatória do Registo Predial de Lisboa;

h) Coordenador do Setor de Apoio Jurídico e de Processamento de Remunerações, Licenciada Emília da Glória Silva dos Santos, técnica superior do mapa de pessoal do IRN, I. P.;

i) Coordenador do Setor de Programação Financeira e Planeamento, Licenciada Inês Maria Correia Amoroso Pires, técnica superior do mapa de pessoal do IRN, I. P.;

j) Coordenador do Setor de Aprovisionamentos, Equipamentos e Tecnologias da Informação e da Comunicação, Licenciado Francisco José Ferreira Silva, Conservador do Registo Civil da Covilhã.

Todos os licenciados acima referidos, são possuidores de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada aos respetivos cargos, e reúnem os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da mesma lei.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

20 de fevereiro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Luis Pereira Figueiredo*.

206774309